

---

## **A RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E GÊNERO COMO UM DESAFIO PARA A SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO**

---

SANDRA DUARTE DE SOUZA

*Resumo: os caminhos da sociologia da religião têm sido redesenhados e os estudos de gênero têm contribuído para a nova configuração dessa área de conhecimento. A afirmação de que a relação entre gênero e religião se coloca como um desafio para a sociologia da religião, quer chamar a atenção para as dificuldades de incorporação de gênero como categoria analítica nesse campo de estudos.*

*Palavras-chave: gênero, religião, sociologia da religião*

Os estudos de religião no Brasil, por sua produção científica, reconhecimento e organização, deram um primeiro e importante passo. Impõe-se, porém (...), refletir sobre o rumo, opções e alternativas teórico-metodológicas da pesquisa em Sociologia da Religião no Brasil. (MENDONÇA; SOUZA, 1998)

A academia se apresenta como uma das instituições mais herméticas e mais tradicionais de nossa sociedade. É interessante que mesmo em um contexto de “destraditionalização”, de desinstitucionalização dos saberes, a academia se afirme como o lugar social mais legítimo de produção do conhecimento. Não se trata de negarmos o lugar fundamental da academia e da afirmação de saberes constituídos, mas um dos desafios que se coloca às Ciências e, particularmente às Ciências da Religião, é a desdogmatização de seus saberes.

## ESTUDOS DE RELIGIÃO NO BRASIL: ENTRE A MARGINALIDADE E A BUSCA DA LEGITIMIDADE DE UM CAMPO DE ESTUDOS

No Brasil, a despeito do fato de a religião ter sido objeto de análise sociológica desde os primeiros autores da área, enquanto objeto de estudo sistemático ela ocupou “um lugar marginal e de importância secundária” na academia (ALVES, 1978, p. 112). Tal resistência que em certa dose ainda persiste, provavelmente derive da herança que nos legou o positivismo e sua aversão quase religioso-fundamentalista ao tema (OLIVEIRA, 1998). Essa aparente impermeabilidade acadêmica é cada vez mais permeável a essa discussão. Conforme apontam Souza e Martino (2004, p. 8), não obstante os trabalhos de estudiosos como Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, os estudos sobre religião no país começam a superar os limites da mera história eclesiástica somente a partir da década de 70, quando uma certa organicidade entre estudiosos da religião e instituições religiosas começa a ceder lugar a uma nova maneira de compreender o fenômeno. O estudo do fenômeno religioso já não se restringe à abordagem do intelectual orgânico das instituições religiosas. O livro de Cândido Procópio Ferreira Camargo, “Católicos, Protestantes, Espíritas” (1973), é um marco importante dessa mudança de perspectiva. Com o intuito de analisar a relação entre religião e mudança social, Camargo inaugura uma nova fase da pesquisa brasileira nessa área. É importante destacar também as pesquisas de Roger Bastide que contribuíram “para que o meio universitário brasileiro viesse a reconhecer a relevância da religião como significativo objeto de análise sociológica” (MENDONÇA; SOUZA, 1998, p. 7). Em suma, no Brasil, nas últimas décadas o interesse científico pela religião tem sido crescente como bem têm evidenciado os estudiosos do fenômeno.

O objeto religião está cada vez mais difícil de “pegar” sociologicamente. Isso porque, estamos sendo desafiados a ir além da sociologia das organizações religiosas, ir além da sociologia das formas cristalizadas de religião e a produzir conhecimento a partir da interlocução e do reconhecimento da legitimidade epistemológica dos sujeitos religiosos. Pensar, por exemplo, na recomposição das relações entre religião e modernidade, implica, necessariamente, trazer os sujeitos religiosos para o centro da discussão sociológica.

## DA MARGINALIDADE DA EQUAÇÃO GÊNERO E RELIGIÃO

Se o *status* da religião no campo das Ciências Sociais vem se modificando, indicando um crescente interesse acadêmico pela abordagem do fenômeno religioso, quando se trata de pensar na produção acadêmica sobre esse fenômeno perceberemos que poucos são os trabalhos que se debruçam sobre a discussão da relação entre gênero e religião. A religião é sistema simbólico, e, portanto, sistema cultural. Discutir religião é discutir sistemas de sentido, é discutir cultura, transformações sociais, relações de poder, de classe, de gênero, de raça/etnia; é adentrar num complexo sistema de representações, de trocas simbólicas, de jogos de interesse, na dinâmica da oferta e da procura; é deparar-se com um sistema sócio-cultural permanentemente redesenhado que permanentemente redesenha as sociedades.

Esse fenômeno nada estático, mesmo quando cristalizado nas organizações religiosas, tem demandado um olhar mais atento dos estudos de gênero. Os sistemas simbólico-religiosos se constituem em importantes mecanismos de construção da subjetividade humana, atuando de maneira estruturada e estruturante. Apesar da perda do poder regulador da religião nas sociedades secularizadas, o que se verifica é ainda um forte apelo religioso na maneira como os sexos se reconhecem socialmente.

*[...] numa sociedade em que existem mecanismos plurais de construção da subjetividade humana, presenciamos uma relativização do poder significante da religião. Porém, se o processo de secularização tem contribuído para a 'periferização' da religião em relação ao 'núcleo forte' da sociedade, isto é, se a religião já não ocupa mais o lugar de 'matriz cultural totalizante', deixando de ser o centro organizador das relações sociais, ela ainda exerce influência significativa no cotidiano das pessoas. Se, por um lado, experimentamos a crise das instituições tradicionais produtoras de sentido, por outro verificamos o esforço de 'recuperação das tradições perdidas' por parte de indivíduos, grupos e instituições religiosas. Não se trata, portanto, de um processo linear que, paulatina e progressivamente excluirá a religião do campo das instituições produtoras de sentido. Se essa influência não fosse significativa, por que toda a movimentação feminista em favor da laicização do Estado? O que dizer das recorrentes decisões cotidianas tomadas sob a pressão da confissão religiosa como, por exemplo, manter*

*um casamento cuja história mais freqüente é a da violência doméstica? É possível simplesmente fechar os olhos à ingerência religiosa sobre a sexualidade humana?* (SOUZA, 2002, p. 6).

Se, por um lado, na atualidade, existe certo consenso nas Ciências Sociais acerca da importância do fenômeno religioso como dinamizador da sociedade, por outro, parece que a abordagem desse objeto tem dado pouca atenção aos aspectos de gênero que o envolvem. Gênero e religião compõem uma equação ainda pouco discutida e pouco admitida, abordada de forma muito acanhada. O número reduzido de publicações a esse respeito é um indicador importante da pouca atenção que se tem dedicado à religião como um mecanismo ainda eficaz de construção e redefinição das identidades de gênero, mesmo no contexto de uma sociedade secularizada. Num país declaradamente religioso como o Brasil, mesmo que o poder religioso esteja relativizado pelas implicações da secularização, pensar as representações de gênero demanda pensar o papel da religião na construção social dos sexos. Daí a importância da discussão da relação entre religião e gênero como um desafio para a sociologia da religião.

#### DE MULHER PARA MULHER? PERCURSOS DE GÊNERO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A resposta à pergunta pelos desafios da abordagem de gênero para os estudos sócio-antropológicos da religião demanda, antes de mais nada, o entendimento da trajetória dos estudos de gênero no Brasil, pois ela indica o processo de construção de uma categoria que com o passar dos anos tem se adensado teoricamente, criticado os saberes constituídos e provocado o olhar científico sobre os fenômenos sociais.

*A perspectiva feminista introduz e exige a construção do objeto a partir de um olhar situado. Como a cultura científica tradicional jamais constituiu o feminino como o paradigma do neutro, o sujeito que se diz metodologicamente feminino e feminista jamais passará por uma fala neutra, não podendo repetir o feito da visão masculina que propicia o contínuo deslizamento entre masculino e neutro* (MACHADO, 1997, p. 134-5).

## Sobre Algumas Condições que Viabilizam os Estudos de Gênero

### Das tradições acadêmicas que informam os estudos de gênero

O campo dos estudos de gênero no Brasil origina-se alimentado por teorias feministas estadunidenses, particularmente pelo diálogo com pesquisadoras dos *women's studies* e dos *gender studies*, e por teorias feministas européias, especificamente da França, onde se desenvolveram um sem número de pesquisas sobre relações sociais de sexo. Portanto, o campo intelectual brasileiro dos estudos de gênero se entende “como um lugar que dialoga e incorpora simultânea e acumulativamente as contribuições dos campos americano e francês [...] são essas as tradições que nos informam” (MACHADO, 1997, p. 103). Daí a crítica de alguns e algumas estudiosas que dialogam a partir dos estudos pós-coloniais ou dos *subaltern studies* que reagem à discussão de gênero pautados em suas origens. Ao discutirmos a geopolítica do conhecimento, gênero é deslocado dos estudos pós-coloniais porque para alguns o olhar pós-colonial se pauta numa noção geográfica do imperialismo. Porém, partimos do princípio de que gênero é parte constituinte dos estudos subalternos.

### Da militância como lugar epistemológico

A participação ativa de acadêmicas e acadêmicos no nascente movimento feminista brasileiro a partir de meados da década de 70, conferirá um contorno particular à produção de gênero no país. Conforme Lia Zanotta Machado, *os movimentos feministas [...] se constituiram no grande elemento forjador da emergência do “campo intelectual de estudos de gênero, de relações sociais de sexo ou de estudos de mulheres” com graus diferentes de legitimação e institucionalização disciplinar e interdisciplinar* (1997, p. 95).

### Da feminização da academia e da transformação da pauta científica

Há que se lembrar também que é nesse mesmo período que se experimenta uma crescente feminização da academia, que, a despeito de uma certa “proletarização”, permite o conseqüente surgimento de núcleos de estudo coordenados por mulheres, gerando daí uma gradual trans-

formação da pauta científica, que já não pode ficar alheia às problematizações e temáticas das mulheres. Estas passam a reivindicar uma ampliação do campo de investigação científica, da metodologia tradicional e dos marcos conceituais clássicos, e assim, a *vida privada* é trazida a público, particularmente pelas mãos das mulheres. Temas pouco nobres para a academia, considerados invisíveis enquanto campo legítimo de saber, passam a ganhar um lugar de destaque na produção do conhecimento científico:

*Histórias da vida privada, da maternidade, do aborto, do amor, da prostituição, da infância e da família, das bruxas e loucas, das fazendeiras, empresárias, enfermeiras ou empregadas domésticas, fogões e panelas invadiram a sala e o campo de observação intelectual ampliou-se consideravelmente* (RAGO, 1998, p. 91).

A vida privada, até então esvaziada de conteúdo político, passa a ser problematizada. O desafio inicial a ser enfrentado foi o da visibilização das mulheres numa história cujas testemunhas pareciam ter sido exclusivamente masculinas. Era preciso contar outras histórias a partir de outros sujeitos, explicitando as relações de poder que se entretecem na urdidura social.

#### Os Estudos “sobre” “a” “Mulher”

É nesse contexto que as ciências sociais no Brasil começaram a desenvolver os estudos *sobre a mulher*. *Sobre*, porque esses estudos se pretendiam discursos a respeito da mulher, e o singular, mulher, partia da noção de um feminino paradigmático, herdeira de uma abordagem científica que trabalha a partir de sujeitos universais. Numa tentativa de datação, aponta-se o livro de Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes*, publicado em 1969, como precursor dos estudos de gênero no Brasil (MATOS, 1997). A posição periférica de escritos sobre a mulher passa a ganhar visibilidade, num contexto mais amplo de questionamento dos paradigmas que, até então, informavam a ciência. A experiência dos sujeitos ordinários, agora entendida como lugar de conhecimento, redefine a interlocução científica. O cotidiano é descoberto em sua dimensão política, e é tomado como categoria analítica, conferindo novas lentes às ciências sociais, particularmente

no que se refere aos estudos sobre a mulher. As abordagens mais frequentes entre as décadas de 1970 e 1980 tratavam do trabalho feminino, da sexualidade e do papel social das mulheres no âmbito da família, diga-se, como esposas e mães. Elas eram a categoria a ser estudada. Assim,

*[...] procurou-se recuperar a atuação das mulheres no processo histórico, como sujeitos ativos, de modo que as imagens de pacificidade, ociosidade e confinamento ao espaço do lar vêm sendo questionadas, descortinando-se esferas de influência e recuperando-se testemunhos femininos* (MATOS, 1997, p. 94).

### Os Estudos de Gênero

Mas, a história da mulher e os estudos sobre a mulher foram cedendo lugar ou, melhor, compartilhando-o, com os chamados estudos de gênero, estabelecendo uma interlocução crítica com os diferentes saberes disciplinares. A produção acadêmica sobre a mulher estava ainda fortemente marcada por um discurso que variava entre a vitimização das mulheres e a sua heroização, mostrando-se insuficiente para tratar da complexidade das relações sociais de sexo. É nesse contexto que surge a categoria gênero, cujo caráter relacional revela o processo de produção social dos sexos. A noção de gênero tomada como um instrumento teórico-metodológico permite o desvelamento da trama subjacente a uma sociedade moldada pela oposição binária entre o masculino e o feminino. Gênero refere-se ao discurso da diferença dos sexos. O sentido social construído pela diferença biológica. Daí ser um conceito relacional e por isso mesmo social e político. Nisso reside a importância da utilização dessa categoria/conceito para o estudo da religião.

Nas palavras de Rubin (1975), o gênero é um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana. Ou ainda, segundo Scott (1998, p. 115), gênero

*[...] não se refere apenas às idéias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta.*

*Portanto, o gênero é a organização da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos.*

O gênero envolve diferentes relações, relações sociais marcadas pelas diferenças materiais e simbólicas entre feminino e masculino, relações entre mulheres e homens, mas também das mulheres e dos homens entre si. Assim,

*a categoria do gênero abre, ainda, a possibilidade da constituição dos estudos sobre os homens, num campo teórico e temático bastante renovado e radicalmente redimensionado. Após a 'revolução feminista' e a conquista da visibilidade feminina, após a constituição da área de pesquisa e estudos feministas, consagrada academicamente em todo o mundo, os homens são chamados a entrar, desta vez, em um novo solo epistêmico. É assim que emergem os estudos históricos, antropológicos, sociológicos – interdisciplinares – sobre a masculinidade, com enorme aceitação. Cada vez mais, portanto, crescem os estudos sobre as relações de gênero, sobre as mulheres, em particular, ao mesmo tempo em que se constitui uma nova área de estudos sobre os homens, não mais percebidos enquanto sujeitos universais (RAGO, 1998, p. 37-8).*

Os estudos sobre esse processo de produção sócio-cultural dos homens e das mulheres, têm relativizado os universais, desfatalizado a organização social e têm permitido a ampliação de nosso objeto de conhecimento. Assim, o campo dos estudos sobre a mulher, voltado a entender o que se denominava “a condição da mulher”, é ampliado e dá origem aos estudos de gênero. Isso, evidentemente, sem negar a opressão e o ocultamento histórico das mulheres e, portanto, sem negar a importância do desenvolvimento de estudos que recuperem, por exemplo, personagens femininos “apagados” por uma história de heróis masculinos. O processo de desocultamento é extremamente relevante, mas o desocultamento em perspectiva de gênero é fundamental. Mesmo a categoria gênero já complexificou-se, indicando para a dinamicidade da reflexão feminista e sua capacidade de subtrair-se à dogmática teórica acadêmica, lançando-se no movediço campo da instabilidade



das categorias analíticas (HARDING, 1993). Conforme afirma Marcos (2000, p. 28),

*Os estudos de gênero, porém, não representam opção para o pesquisador preocupado com um método que pressuponha equilíbrio, estabilidade e funcionalidade. Tal temática é extremamente abrangente e impõe dificuldades para definições precisas. São muitos os obstáculos para os pesquisadores que se atrevem a enveredar pelos estudos de gênero – campo minado de incertezas, repleto de controvérsias e de ambigüidades, caminho inóspito para quem procura marcos teóricos fixos e muito definidos.*

Esse tipo de afirmação ainda se apresenta como uma heresia para a academia. Como, no campo científico, na solidez dos absolutos acadêmicos, afirmar a instabilidade das categorias? De qualquer forma, a afirmação dessa instabilidade não quer dizer que não se tenha ancoragem teórica, apenas indica que a multi/interdisciplinaridade que caracteriza o pensamento feminista contemporâneo demanda uma forma mais plural de abordagem, a partir de variadas ancoragens teóricas. Essa aparente “promiscuidade teórica”<sup>1</sup> e a ênfase na experiência e na prática, têm possibilitado importantes avanços na produção feminista do conhecimento. A constituição do campo dos estudos de gênero se dá na “interlocação com os diferentes saberes disciplinares”, na “reinterrogação dos saberes científicos sobre as relações sociais de sexo” (MACHADO, 1997, 97-8). Conforme observa Machado (1997, p. 99),

As ‘antigas aquisições’ (Bourdieu) das ciências sociais sobre as diferenças sexuais parecem não ter sido suficientes para o desdobramento de uma série de interrogações sobre a permanência no seu discurso da ocultação dos efeitos das diferenças sexuais na constituição mesma dos saberes filosóficos e disciplinares [...] o cerne constituinte deste novo campo intelectual é trabalhar com as questões de gênero ou relações sociais de sexo, introduzindo tais interrogações.

## DA MARGINALIDADE DE GÊNERO PARA OS ESTUDOS SOBRE RELIGIÃO

Os estudos de gênero ainda buscam legitimidade no contexto das Ciências Sociais em geral, porém, é no campo específico dos estudos de religião que a marginalidade de gênero enquanto categoria analítica se

faz mais visível, denunciando uma “presença acessória” dessa categoria nesse universo.

A incorporação de gênero como categoria analítica nos estudos de religião é ainda recente no Brasil. A resistência nesse campo de estudos é a mesma que se encontra em outras áreas de pesquisa, uma vez que os paradigmas científicos baseados em uma noção generificada do saber influenciam a escolha das fontes, dos interlocutores, do quadro teórico e do próprio objeto a ser pesquisado. O processo de produção do saber envolve relações de poder que se traduzem no estabelecimento de uma normatividade que tem raça/etnia, classe, idade e sexo, dentre outros.

Uma outra dimensão disso é de ordem prática. Por ter sido gestado nos estudos feministas, desenvolveu-se a idéia de que gênero era “problema de mulheres”. Como a maneira generificada como a sociedade se organiza afeta mais diretamente as mulheres do que os homens, os núcleos de estudos de gênero, as disciplinas de gênero e toda a produção do saber sobre gênero até muito recentemente foram pensados, reivindicados, organizados e coordenados exclusivamente por mulheres. Sem dúvida isso permitiu a solidificação da participação acadêmica feminina e, como apontamos acima, a reorientação do olhar científico sobre o mundo, mas a presença minoritária de mulheres no campo dos estudos de religião terminou reduzindo ainda mais a incorporação dessa categoria nessa área de conhecimento.

É importante lembrar que isso está estreitamente ligado à forma como os estudos sobre religião se desenvolveram no Brasil. Como a produção do conhecimento sociológico sobre a religião estava atrelada aos interesses das instituições religiosas, particularmente no período de 1950 a 1970, o que se produziu foi basicamente uma sociologia religiosa, voltada para questionamentos dos homens sobre os homens. É sabido que tradicionalmente a interlocução das instituições religiosas tem sido com os homens, que são também os seus representantes e produtores de conhecimento. Nas décadas seguintes, acompanhando as mudanças sociais, os estudos sobre religião foram adquirindo uma certa autonomia em relação às instituições religiosas, e o interesse acadêmico pelos fenômenos religiosos foi se intensificando, porém, esse campo de estudo ainda se demonstra bastante hermético à presença feminina e ao questionamento de seus sólidos modelos de conhecimento.

A crítica feminista às categorias universais e universalizantes<sup>2</sup> inclui a crítica às categorias dominantes utilizadas pelos estudos de religião e tem

explicitado a particularidade dessas categorias, seu caráter sexista, ideológico, etnocêntrico e, conseqüentemente, excludente. Nesse processo de desnaturalização e desestabilização dos saberes constituídos, a categoria de gênero encontra campo fértil, já que, nas palavras de Rago (1998, p. 24-5), “desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais”.

## DA IMPORTÂNCIA DE GÊNERO PARA OS ESTUDOS DE RELIGIÃO

A religião, ainda hoje, exerce uma importante função de produção e reprodução de sistemas simbólicos que têm influência direta sobre as relações sociais de sexo. As representações sociais acerca dos homens e das mulheres, portanto, não podem ser entendidas sem lançarmos o olhar sobre ela e sobre suas implicações na construção social desses sujeitos. Se a religião não mais aparece como constituidora solitária das identidades, principalmente num contexto de identidades múltiplas e frágeis, ela ainda tem um papel importante nesse processo.

Por exemplo, a cientista política Fraser (2007, p. 301-3) reconhece o pouco interesse dedicado ao entrecruzamento dos estudos de gênero com a religião, e, referindo-se à suscetibilidade dos estadunidenses ao discurso generificado de Bush, ela afirma ser fundamental a análise da orientação religiosa desses sujeitos.

Segundo Hervieu-Léger (1994, p. 11),

*[...] a religião se apresenta massivamente, com todas as suas variantes históricas, como ‘teoria universal’ da opressão das mulheres, ‘sua lógica sob forma popular’, opera sobre o terreno da justificação ideológica e simbólica da inferioridade e sobre o terreno direto do controle dos corpos.*

Como sistema de sentido, a religião tem sido analisada em sua capacidade de controle dos corpos. É nos corpos que se constroem os sentidos de gênero que afetam todas as dimensões da vida em sociedade. Daí a necessidade de pensarmos com Sueli Kofes a articulação entre gênero como categoria analítica e mulher como categoria empírica<sup>3</sup>.

A religião atua na conformação das identidades de gênero, conferindo sentido aos sexos. Conforme Scott (1990), o discurso é um instrumento

de orientação do mundo, é linguagem que orienta, portanto, é sistema de sentido. Os sistemas religiosos são sistemas de sentido, construindo uma cosmovisão generificada orientadora de seus seguidores e seguidoras. As representações religiosas de gênero, na medida em que produzem e reproduzem lugares diferenciados de poder de acordo com o sexo biológico, possuem papel ativo na produção da desigualdade de gênero<sup>4</sup>.

O emprego da categoria de gênero nos estudos de religião tem possibilitado a análise da influência religiosa sobre as relações sociais de sexo, gerando possibilidades de pesquisa que variam da pergunta pela desigualdade entre a participação feminina e masculina na hierarquia do poder das organizações religiosas, até a pergunta pelos câmbios ou continuidades do discurso religioso acerca dos papéis sociais de sexo num contexto de redefinição das identidades de gênero e da chamada “crise da masculinidade”.

Para Maduro (1996, p. 462),

*na medida em que as análises de gênero, as perspectivas feministas e os estudos sobre as mulheres crescem em influência [no campo da sociologia], cresce também a diversidade de estudos sociológicos da religião devedores em certo nível do impacto do feminismo nas ciências sociais.*

Essa diversidade se verifica nos vários tipos de abordagem socioantropológica do fenômeno religioso em perspectiva de gênero. A problematização que as/os estudiosas/os de gênero lançam sobre o objeto religião, traduz a complexidade desse tipo de abordagem.

As pesquisas que têm se dedicado à discussão do fenômeno religioso na perspectiva de gênero têm se voltado particularmente para a análise das instituições religiosas, buscando a compreensão das relações de poder que se tecem intra-institucionalmente. Dessa forma, a problematização que deriva desse tipo de abordagem se debruça basicamente sobre as relações dos sujeitos com a religião estruturada em sua forma institucional. Por exemplo, considerando-se a religião majoritária no Brasil, o cristianismo em todas as suas ramificações<sup>5</sup>, as perguntas mais frequentes nos estudos de gênero são: se o público de fiéis que engrossam as fileiras das instituições religiosas é majoritariamente feminino, como explicar que às mulheres ainda seja vetada a participação como ministras ordenadas na Igreja Católica e em um sem número de igrejas protes-

tantes “clássicas” e pentecostais? Por que no caso de ordenação feminina cabem às mulheres as igrejas menos expressivas em termos de poder político e econômico? Que sentidos de gênero concorrem para fazer dos homens os sujeitos mais importantes e competentes no processo de racionalização da atividade religiosa? Que representação de mulher prevalece nesse contexto? Quais são os enfrentamentos das mulheres para alçarem-se à liderança religiosa? Em que medida o cruzamento de gênero com outras categorias como classe, raça/etnia, idade e orientação sexual, explicita os critérios de inclusão e de exclusão de mulheres e homens nos lugares de poder das instituições religiosas? A hierarquia sexual pode ser evidenciada nos distintos lugares ocupados por homens e mulheres nas religiões, bem como nas representações religiosas sobre cada um dos sexos, onde, geralmente, o maior prestígio é dos homens. As análises de gênero têm evidenciado que a distribuição do poder religioso é desigual e se baseia em uma concepção objetivada, portanto, naturalizada, das diferenças sexuais que, no âmbito religioso são sacralizadas. Assim, as representações de gênero que são artefato cultural, encontram no campo religioso um lugar importante de naturalização das diferenças.

Algumas outras perguntas também podem ser lembradas considerando-se a dinâmica interna das instituições religiosas: em que medida a crescente ruptura com a noção do sexo para a procriação é reelaborada pelos grupos religiosos a partir das novas demandas de sua membresia? Como a inserção das mulheres no mercado de trabalho redesenha as suas relações com as instituições religiosas? Por que se evidencia uma certa retração de instituições católicas e protestantes clássicas em relação às conquistas femininas contemporâneas? Como as tradições religiosas reagem às transformações da sociedade contemporânea? Em que medida elas rompem com as representações que solidificam a desigualdade social dos sexos? Como as religiões dialogam com a noção cultural de feminilidade e de masculinidade? Qual a importância da adesão religiosa no processo de afirmação ou reelaboração das identidades de gênero?

Apesar da forte ênfase na análise dos aspectos intra-institucionais da religião, as pesquisas de gênero não têm se restringido a essa abordagem. O entrecruzamento de gênero e religião levanta inúmeras possibilidades de análise. Problematiza-se não apenas a religião em sua forma institucional, mas os seus alcances para além dessas fronteiras. Os estu-

dos de gênero explicitam o lugar produtor e conservador de uma cultura patriarcal ocupado pelas religiões em sua expressão institucionalizada, porém, ao mesmo tempo, demonstram que esse processo não é nada linear, sendo que a dinâmica social confronta as instituições religiosas sintetizadas em seus dogmas e doutrinas e a prática cotidiana dos sujeitos religiosos, nem sempre tão fiéis às prerrogativas religiosas. Daí a importância das pesquisas que objetivam analisar as relações dos sujeitos religiosos e das instituições religiosas com outras instituições sociais como a escola, a família, o mundo do trabalho, os movimentos sociais, o mundo da política etc. Pergunta-se em que medida a socialização religiosa acompanha, perpetua ou provoca ruptura com as representações de gênero aprendidas em outros ambientes para além do religioso. Qual a influência da religião no aprendizado do feminino e do masculino? Isto é, em que medida a socialização religiosa influencia na constituição das identidades de gênero? Quais as influências das representações religiosas sobre os homens e as mulheres em seu viver cotidiano? Essas perguntas nos remetem à necessidade de compreender a força, ou fragilidade da religião enquanto sistema de sentido que orienta os sujeitos em sociedade.

As mulheres religiosas, não raras vezes, contrariam doutrinas caras a diversos sistemas simbólicos, indicando uma certa infidelidade dos sujeitos para com as prerrogativas religiosas. Isso se dá, por exemplo, no campo da sexualidade, em que o poder regulador da religião é confrontado com o exercício de uma sexualidade menos submissa à moral sexual religiosa<sup>6</sup>. Mas essa *infidelidade do fiel* se dá também em outros níveis. O aumento das denúncias de violência doméstica e do número de divórcios solicitados por mulheres, indica uma intolerância crescente para com “o que acontece dentro da casa”, contribuindo para modificar, mesmo que parcialmente, o discurso religioso acerca da indissolubilidade do casamento. No que se refere à re-significação da noção de família, caberia a pergunta: quanto de religião está no processo de produção da concepção moderna de família? As pesquisas têm demonstrado uma importante re-significação social da noção de família, que tem experimentado composições diversas que fogem ao modelo de família nuclear patriarcal tradicionalmente transmitido pelas instituições religiosas dominantes na sociedade brasileira. Porém, ao mesmo tempo, esse modelo é reafirmado no contexto das instituições religiosas e também da sociedade em geral, revelando a

ambigüidade dos discursos e das práticas dos sujeitos e das instituições tradicionais produtoras de sentido. Até que ponto as instituições religiosas têm poder de influência sobre a definição de políticas públicas que envolvam diretamente os direitos das mulheres? Sobre esse ponto, a discussão tem se dado especialmente no que se refere à questão religião e direitos reprodutivos, uma equação tensa, pois tenso é o tema da sexualidade no contexto da religião. Porém, outros aspectos referentes às políticas públicas têm sido abordados. Os questionamentos acerca da relação entre violência de gênero e religião têm sido levantados, não somente, mas, particularmente, para a compreensão da violência intra-familiar. As pesquisas têm buscado analisar em que medida os sistemas simbólico-religiosos possuem um papel ativo na cúmplice relação entre violência material e violência simbólica. Afinal de contas, o discurso religioso misógino é apenas um dos termos que compõem a equação da violência. A forma como os homens são representados é o outro termo dessa equação. A afirmação sociocultural da masculinidade passa pelo exercício do poder dos homens sobre as mulheres, bem como sobre os filhos e especialmente filhas, e os estudos de gênero perguntam pelo lugar da religião na produção e reprodução dessa representação social da masculinidade e da feminilidade.

A autonomia dos sujeitos em relação às instituições religiosas, característica do processo de secularização, também tem gerado uma série de questionamentos de gênero. A vivência da fé sem a necessária intermediação institucional, a desterritorialização da religião, tem demandado a atenção das/os estudiosas/os de gênero sobre a extensão dos tentáculos das representações religiosas na vida cotidiana dos sujeitos, a despeito de possuírem ou não um vínculo institucional. Conforme afirma Campiche (1996, p. 5), a “secularização, ao marginalizar a religião, gera a idéia ilusória de um efeito eventual do religioso sobre a construção social dos papéis de sexo”, porém, os modelos sexuais estão impregnados de religião.

Por outro lado, um outro aspecto a ser considerado, é em que medida o *ethos* religioso é reproduzido por sujeitos que, mesmo admitindo-se religiosos, não possuem vínculo formal com nenhuma instituição religiosa. Trata-se de uma pergunta fundamental, pois em um contexto em que o número dos *sem religião* (dos praticantes das chamadas religiosidades não convencionais) tem crescido significa-

tivamente<sup>7</sup>, gerando uma religiosidade desinstitucionalizada, menos sujeita ao controle dos especialistas do sagrado, supõe-se que a cosmovisão e a regulação religiosas tenham menor influência sobre a maneira como os sujeitos se reconhecem e se relacionam em sociedade. Daí derivam outros questionamentos como: a autonomia religiosa dos sujeitos relativiza o poder regulador da religião sobre o seu cotidiano? Como isso se verifica na relação social dos sexos? Em que medida o descompromisso religioso relativiza o controle religioso dos corpos?

Esses questionamentos inquiram sobre o raio de alcance da religião como sistema de sentido que extrapola sua forma institucional e, ao mesmo tempo, perguntam pela eficiência da força significativa de um sistema que já não pode contar com a instituição religiosa para garantir o processo de transmissão da tradição.

O fenômeno da secularização levanta também a discussão sobre o processo de laicização do Estado. Não se trata aqui de uma mera separação institucional entre igreja e Estado. A tensão está entre um Estado institucional que, no discurso de seus representantes maiores se afirma laico, e uma realidade social impregnada de religião. Num contexto como o brasileiro em que o Estado se admite laico, não raras vezes a moral sexual cristã se impõe sobre o tratamento que parlamentares, juízes, policiais e médicos conferem a questões relacionadas às mulheres e aos seus direitos. A alegação de “objeção de consciência” para justificar o não atendimento de mulheres que buscam os serviços públicos de saúde nos casos de aborto previstos na lei pauta-se freqüentemente no apelo à ética cristã. O profissional da saúde, funcionário do Estado, recorre ao argumento religioso para não prestar atendimento a essas mulheres.

Os estudos de gênero levantam perguntas ao campo religioso nunca antes levantadas pelas ciências sociais. A invenção e reinvenção religiosa dos significados de gênero, o campo religioso entendido como campo de negociação de sentidos de gênero, demandam uma abordagem cuidadosa da socialização religiosa segundo o sexo, suas influências sobre a compreensão que as instituições religiosas e não religiosas possuem acerca das representações de gênero, e a auto-compreensão de gênero dos sujeitos religiosos.

Gênero é uma categoria adolescente; está em processo. Evidentemente seria mais fácil abandonarmos essa categoria e criarmos uma nova. Essa é a



facilidade das sociedades descartáveis. Desejam-se respostas rápidas como um religioso que muda de religião a cada nova necessidade. Exige-se das estudiosas e dos estudiosos de gênero respostas mágicas, como um fiel que vai à igreja em busca de um milagre. A instabilidade das categorias não é permitida, reproduzindo-se assim o discurso das criticadas ciências “duras”. Exige-se de uma jovem de 20 anos respostas para perguntas que temos desde a mais tenra infância da humanidade.

## Notas

- <sup>1</sup> Se lida a partir do ponto de vista de uma ciência engessada.
- <sup>2</sup> Tal postura deve ser considerada em um contexto crítico mais amplo ao modo dominante de produção do conhecimento científico, particularmente abordado pelo que se convencionou chamar de pensamento pós-moderno.
- <sup>3</sup> A teóloga feminista Tânia Mara Sampaio, por ocasião do II Congresso do Grupo de Estudos de Gênero e Religião MANDRÁGORA/NETMAL, sugeriu a utilização de corporeidade como categoria empírica.
- <sup>4</sup> Os estudos de gênero também têm evidenciado a ambivalência da religião, que se muitas vezes resiste às mudanças sociais e à reconfiguração dos lugares e representações sociais dos sexos, outras vezes tem contribuído com o processo de emancipação das mulheres e com a reelaboração das representações sociais do masculino e do feminino. Eles têm revelado a tensão entre a produção dos códigos religiosos e seus efeitos sociais. Em seu artigo *Femmes et Église Catholique: une histoire de contradictions et d’ambiguïtés*, Liliane Voyé analisa a ambigüidade dos códigos da igreja católica romana que, ao mesmo tempo que nega às mulheres o direito ao sacerdócio, afirma sua igualdade em relação aos homens na vida laica cotidiana.
- <sup>5</sup> Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Censo, 2000), no Brasil o catolicismo é, de longe, a expressão religiosa à qual a grande maioria dos brasileiros e brasileiras declara pertencer (73,9%), acompanhado pelos chamados “evangélicos” (15,6%) que compreendem os protestantes “clássicos”, os pentecostais e os neo-pentecostais.
- <sup>6</sup> É evidente que essa aparente liberdade sexual carrega também as marcas de sistemas de preconceito, em que a mulher e o homem são altamente objetificados.
- <sup>7</sup> Se considerarmos os dados do Censo 2000 (IBGE) a respeito dos evangélicos de acordo com cada denominação religiosa, o número dos que se declaram sem religião no Brasil (12.492.189) só não é maior do que o número dos que se declaram católicos (125.517.222).

## Referências

- ALVES, R. A volta do sagrado: os caminhos da sociologia da religião no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro: n. 3, 1978.
- BADINTER, E. L'un et l'autre des relations entre hommes et femmes. Paris: Odile Jacob, 1986.
- BOUVAY, C. Religion et reproduction de l'asymétrie. *Archives de Sciences Sociales des Religions*, Paris, p. 143-161, 1996.
- CAMARGO, C. P. F. *Católicos, protestantes, espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- CAMPICHE, R. J. Religion, statut social et identité féminine. *Archives de Sciences Sociales des Religions*. Paris, p. 69-94, 1996.
- CAMPICHE, R. J. Introduction: la religion: un frein à l'égalité? *Archives de Sciences Sociales des Religions*. Paris, p. 5-9, 1996.
- FRASER, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Estudos Feministas*, v. 15, n. 2, p. 291-308. Florianópolis, 2007.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-32, 1993.
- HERVIEU-LÉGER. Identité ou égalité? La religion et le conflit des aspirations féministes. Texto do colóquio "La religion un frein à l'égalité", na Université de Lausanne de 1-3 dez. 1994.
- KOFES, S. Categorias analítica em empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/files/cadpagu/Cad01/pagu01.03.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2009.
- MACHADO, L. Z. Estudos de Gênero: para além do jogo entre intelectuais e feministas. In: SCHPUN, M. R. (Org.). *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Mulheres, 1997. p. 93-139.
- MADURO, O. Introduction. *Social Compass*, Louvain, v. 43, n. 4. p. 459-465, 1996.
- MATOS, M. I. S. de. *Por uma história da mulher*. Bauru: Edusc, 2000.

MATOS, M. I. S. de. Outras histórias: as mulheres e os estudos de gênero: percursos e possibilidades. In:\_\_\_\_\_. *Gênero em debate*. São Paulo: Educ, 1997. p. 83-114.

MENDONÇA, A. G.; SOUZA, B. M. de. Apresentação. In: SOUZA, B. M.; GOUVEIA, E. H.; JARDILINO, J. R. L. *Sociologia da religião no Brasil*. São Bernardo do Campo: Edunesp; São Paulo: Ed. da PUC, 1998.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. Estudos da Religião no Brasil: um dilema entre academia e instituições religiosas. In: SOUZA, B. M.; GOUVEIA, E. H.; JARDILINO, J. R. (Orgs.). *Sociologia da religião no Brasil: revisitando metodologias, classificações e técnicas de pesquisa*. São Paulo: Edunesp; Ed. da PUC, 1998, p. 13-24.

RAGO, M. Descobrir historicamente o gênero. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998, p. 89-98.

RUBIN, G. The Traffic in Women: notes on the 'political economy' of sex. In: REITER, R. (Ed.). *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press, 1975.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Mulher e Realidade: mulher e educação*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, 1990.

SCOTT, J. W. Entrevista. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. n. 1, p. 114-124, 1998.

SOUZA, B. M.; MARTINO, L. M. S. A compreensão de um paradoxo. In:\_\_\_\_\_. *Sociologia da Religião e Mudança Social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2004.

SOUZA, S. D de. Entrecruzamento gênero e religião: um desafio para os estudos feministas. *Mandrágora: revista de estudos de gênero e religião*, São Bernardo do Campo, n. 7/8, p. 6-8, 2001/2002, pp. 6-8.

SOUZA, S. D. de. *Gênero e religião no Brasil: ensaios feministas*. São Bernardo do Campo: Edunesp, 2006.

WILLAIME, J.-P. L'accès des femmes au pastorat et la sécularisation du rôle du clerc dans le protestantisme. In: ARCHIVES DE SCIENCES SOCIALES DES RELIGION. Paris, 1996. p. 29-45.

*Abstract: the paths of the sociology of religion have been redesigned and gender studies have contributed to the new setting of this field. The claim that the relationship between gender and religion stands as a challenge to the sociology of religion, wants draw attention to the difficulties of incorporating gender as an analytical category in this field of study.*

*Key words: gender, religion, sociology of religion*

SANDRA DUARTE DE SOUZA

Doutora em Ciências da Religião, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo e coordenadora do Grupo de Estudos de Gênero e Religião MANDRÁGORA/NETMAL